

A influência de Paulo Freire nas bibliotecas populares: uma análise sobre a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo

Maria Marilê Rodrigues¹, Lucas Almeida Serafim², Elieny do Nascimento Silva³

Resumo

O presente estudo expõe uma análise compreensiva da ação das bibliotecas populares como um instrumento de transformação social, à luz do ideário de Paulo Freire. Mediante estudo bibliográfico, propõe a concepção de biblioteca comunitária com base em uma palestra que deu origem ao livro *A importância do ato de ler*, que contém experiências realizadas pelo autor em São Tomé e Príncipe. O debate parte do pressuposto de que a estruturação de uma biblioteca popular tem seu nascedouro nos movimentos sociais, cuja intenção é promover a inclusão social dos sujeitos considerados marginalizados do sistema educacional. A proposta tenciona implantar e manter uma biblioteca comunitária em parceria com a comunidade local, dando suporte às atividades comunitárias e servindo de espaço público de agregação, informação, lazer, aprendizado e memória local, correspondendo aos chamados círculos de cultura. Por fim, ressalta a influência do pensamento de Freire como educador da consciência ética, política e crítica no processo de alfabetização no Brasil, sendo, conseqüentemente, relevante para a área interdisciplinar da biblioteconomia comunitária.

Palavras-chave

Paulo Freire. Biblioteca Popular. Letramento. Alfabetização.

¹ Especialista em Educação Inclusiva pela Faculdade de Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil; professora da educação básica da Rede Pública Municipal de Ensino de Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. E-mail: marile.rodrigues@aluno.ufca.edu.br.

² Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil; professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri, Unidade Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. E-mail: lucas.almeida@ufca.edu.br.

³ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia, Brasil; professora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri, Unidade Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. E-mail: elieny.silva@ufca.edu.br.

Paulo Freire's influence on popular libraries: an analysis on the action and reflection of men on the world to transform it

Maria Marilê Rodrigues⁴, Lucas Almeida Serafim⁵, Elieny do Nascimento Silva⁶

Abstract

This work comprehensively analyzes the action of popular libraries as an instrument of social transformation, in the light of the ideas of Paulo Freire. Through a bibliographic study, it proposes the conception of a community library based on a lecture that gave rise to the book “The importance of the act of reading”, experiences carried out by the author in São Tomé and Príncipe. The debate starts from the assumption that the structuring of a popular library has its origins in social movements, whose intention is to promote the social inclusion of subjects considered marginalized in the educational system. The proposal intends to implement and maintain a community library in partnership with the local community, supporting community activities and serving as a public space for gathering, information, leisure, learning and local memory, the so-called cultural circles. Finally, it highlights the remarkable influence of Freire thought as an educator of ethical, political and critical awareness in the literacy process in Brazil, and, consequently, relevant to the interdisciplinary area of community librarianship.

Keywords

Paulo Freire. Popular Library. Literacy.

⁴ Specialist in Inclusive Education, Faculty of Juazeiro do Norte, State of Ceará, Brazil; teacher of basic education in the Municipal Public Education Network of Juazeiro do Norte, State of Ceará, Brazil. E-mail: marile.rodrigues@aluno.ufca.edu.br.

⁵ PhD in Information Science, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; professor at the Center for Applied Social Sciences, Federal University of Cariri, State of Ceará, Brazil. E-mail: lucas.almeida@ufca.edu.br.

⁶ PhD in Information Science, Federal University of Bahia, State of Bahia, Brazil; professor at the Center for Applied Social Sciences, Federal University of Cariri, State of Ceará, Brazil. E-mail: elieny.silva@ufca.edu.br.

Introdução

A visão freiriana a respeito das bibliotecas comunitárias e/ou populares, dentro dos movimentos de educação popular, é tema de reflexão deste estudo. Este ensaio apresenta um recorte da contribuição profissional, ética, política e social de Paulo Freire, e está referenciado em sua obra *A importância do ato de ler, em três artigos que se completam* (FREIRE, 2011). A análise dessas temáticas, além das leituras das obras do referido autor, é pautada na pesquisa bibliográfica em literatura especializada multidisciplinar – especialmente em Educação, Biblioteconomia e Ciência da Informação –, sendo essa a esfera de origem dos autores deste trabalho, no âmbito do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Dentre os tópicos abordados, destacam-se a educação popular, a biblioteca, a inclusão social e a cidadania, à luz das ideias freirianas.

Na referida obra, Freire aponta a biblioteca popular como uma ferramenta de transformação social. Ainda, relata momentos de sua prática pedagógica, guardados na memória e vividos desde a infância, destacando que é necessária a compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e alonga-se na inteligência do mundo (FREIRE, 2011).

Na mesma perspectiva, ainda que pautada em abordagens particulares, a alfabetização é, na Biblioteconomia, concebida como competência em informação (*information literacy*⁷), assim como objeto de estudo destinado a aprimorar a função educacional das bibliotecas, estando alicerçada na capacitação das comunidades nos processos de busca e uso, de modo crítico, de informação, nas mais variadas situações da vida (SERAFIM; FREIRE, 2012). Em nível mais abrangente, a Biblioteconomia Comunitária contemporânea busca promover o acesso à informação, fomentar o aprendizado e construir comunidade, além de colaborar com organizações e negócios locais, em prol de objetivos comunitários mais amplos (SINGH; MEHRA; SIKES, 2022).

A competência em informação preconiza a aprendizagem emancipadora e/ou independente, com responsabilidade social para avaliar e organizar criticamente as

⁷ Literacy: capacidade de ler e escrever; alfabetização; instrução (HOUAISS, 1982). A área de Biblioteconomia e Ciência da Informação Brasileira, em alguns casos, segue a tendência de outros países que não falam a Língua Inglesa ao preferir “competência” à “alfabetização”, como modo de fugir da mera atividade de decodificação da escrita. Para Perrenoud (1999), competência é a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiado em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Compreende-se por Competência em Informação a soma de habilidades que agregam letramentos e habilidades que influenciam no desenvolvimento dos indivíduos, induzindo-os a refletir criticamente sobre os dados recebidos e a atuar eticamente como cidadãos em uma sociedade democrática mediada pela informação (SILVA *et al.*, 2021).

informações obtidas (DUDZIAK, 2003). De acordo com Serafim e Freire (2012), a competência em informação ultrapassa as capacidades de ler e de escrever, as quais se revelam carentes nos países em desenvolvimento, uma vez que esses apresentam problemas básicos de alfabetização. No Brasil, essa abordagem necessita de um amplo debate e de ações efetivas na construção de oportunidades reais de inserção dos sujeitos nesse universo informacional; nesse sentido, destaca-se, neste trabalho, a contribuição de Paulo Freire.

De acordo com a proposta freiriana, as bibliotecas populares⁸, e/ou comumente chamadas bibliotecas comunitárias⁹, têm seu nascedouro nos movimentos sociais especificamente populares, que reivindicam, entre diferentes questões, o acesso à informação, à educação e à cidadania, ou seja, são lutas que se constituem pelas vias da educação popular.

Consagrado no mundo inteiro, Freire contribuiu e fundamentou a teoria e a prática da educação popular, integrando a leitura de mundo à leitura da palavra, pois a segunda precede a primeira. As concepções de Freire nasceram da ação e da reflexão prática, por meio dos círculos de cultura, e dialogam com outras áreas do conhecimento, influenciando professores, agentes sociais, filósofos, sociólogos, antropólogos, profissionais da saúde, psicólogos e bibliotecários.

A referida pesquisa se fundamenta nas compreensões conceituais de como se organizam esses espaços de informações, destacando suas possíveis contribuições aos contextos e meios em que estão inseridos. A atuação da biblioteca comunitária é justificada como uma ação política cultural elaborada pelas comunidades em função da coletividade, da inclusão e da justiça social, tendo em vista a transformação da sociedade (NENGOMASHA; SHUUMBILI, 2022; RIVERA GUILLÉN; POMAHUACRE NAJARRO, 2022; SINGH; MEHRA; SIKES, 2022).

De inspiração freiriana, o modelo de educação popular foi desenvolvido para atender à educação de jovens e adultos. Hoje, ele se adequa como parâmetro para educadores de todos os níveis e modalidades de ensinos, abrangendo educadores não só brasileiros, mas do mundo inteiro. Crítico convicto da pedagogia tradicional massificante, Freire (2011) defendia a necessidade de uma educação libertadora, para que os indivíduos se emancipem e saiam da condição de objeto para a condição de sujeito histórico.

⁸ Segundo Paulo Freire (2011), esse modelo de biblioteca nasceu dos anseios do povo. Assim, com os oprimidos ou com as classes populares, sua propositura é transformar a realidade local.

⁹ Para Machado (2009), essas bibliotecas poderiam ser caracterizadas, segundo a tipologia biblioteconômica, como bibliotecas públicas, pois possuem o mesmo objetivo de democratizar o acesso ao livro e à informação para a comunidade local.

A atuação ética, social e profissional de Paulo Freire

Na atual conjuntura, Paulo Freire é considerado o Patrono da educação brasileira. Suas obras acerca das pedagogias¹⁰ trouxeram grandes influências para a estruturação, a organização e a democratização da educação pública brasileira e de outros países.

Paulo Freire foi um educador brasileiro que nasceu no Recife - PE, em 19 de setembro de 1921. Idealizador do método de alfabetização para adultos, o educador apresenta uma compreensão de educação histórica, humanista e libertadora, em que homens e mulheres constroem e reconhecem a sua existência, a sua história, a partir da sua própria realidade. Segundo o autor, essa relação dialética se constrói com a criação da linguagem escrita (FREIRE, 2011).

Discorrer sobre a vida e a obra de Paulo Freire não é tarefa fácil, tendo em vista que ele defendia a educação como um processo de humanização, e que toda a sua vida foi dedicada à emancipação dos sujeitos, com vistas às transformações políticas, sociais e econômicas. Considerado um dos maiores educadores humanistas do século XX, Freire foi um nordestino defensor de suas origens, dos oprimidos e do diálogo com as classes populares (FREIRE, 2017). Teórico e professor conhecido e reconhecido no mundo inteiro, possuidor de uma habilidade de falar, de ouvir e de compreender as pessoas, foi e continua sendo uma fonte inesgotável de estudos e de pesquisas, e sua teoria de educação humanizadora se consolidou como patrimônio imaterial brasileiro (GADOTTI, 2000).

Diante da notável influência do seu pensamento enquanto educador da consciência ética, política e crítica no processo de alfabetização no Brasil, Paulo Freire tratou o analfabetismo como problema social que, segundo ele, só seria resolvido com um profundo processo de mobilização social. Nas suas obras, Freire não cita o termo letramento, pois a expressão é recém-chegada ao vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas. Porém, sua ideia sobre a alfabetização vai além da decodificação mecânica de signos. Isso demonstra que o autor era conhecedor das mudanças paradigmáticas do conceito de alfabetização (PÉREZ, 2007).

Paulo Freire estabeleceu o diálogo com as classes populares, compartilhando suas ideias e propostas, fazendo delas projeto de vida. Para ele, é preciso saber como ouvir o camponês negro analfabeto, saber como ouvir um aluno rico, saber como ouvir os assim chamados representantes de minorias, que são, basicamente, oprimidas.

¹⁰ Livros escritos por Paulo Freire.

A atuação revolucionária de Paulo Freire no contexto histórico educacional do Brasil e da América Latina foi marcada pela preocupação com a educação das classes populares e com a formação para o exercício da democracia e da cidadania. Nessa perspectiva, é possível asseverar que a educação teve dois momentos: antes e depois de Paulo Freire. A pedagogia inquieta e curiosa de Freire defendia, como objetivo da escola, ensinar o aluno a ler o mundo para transformá-lo. Além disso, já sinalizava que o diálogo seria a ferramenta fundamental para as futuras transformações sociais das grandes massas, foco principal da pedagogia do oprimido (FREIRE, 2019^a). Era diante das dificuldades que Freire enxergava possibilidades e esperança.

Freire se tornou conhecido mundialmente pelas suas contribuições para a alfabetização de adultos, assim como desenvolveu um pensamento pedagógico de cunho político, social e ético, cujo objetivo se baseava na conscientização dos sujeitos. A ideia de letramento e de alfabetização crítica, defendida por Freire, permitiu observar as reais necessidades das classes menos favorecidas, além da situação precária e negligente do processo de aquisição das práticas letradas. Ainda, o educador construiu e desenvolveu propostas revolucionárias, denunciadoras, dialógicas, questionadoras, esperançosas e libertadoras, pondo-se contrário perante as injustiças sociais e a condição de miséria dos trabalhadores.

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos; se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura do mundo e da palavra. (FREIRE, 2011, p. 43).

A situação na qual a alfabetização se encontrava, junto à situação de miséria dos trabalhadores, permitiu que Paulo Freire observasse as necessidades do povo (FREIRE, 2018). Esse pensador, sensibilizado com a situação de injustiça dos analfabetos, propõe mudanças radicais na educação. A educação deve ajudar a combater a miséria e a trazer dignidade. Surge, assim, a alfabetização como resgate dos conceitos de cidadania, de direitos humanos e, sobretudo, de liberdade (PALUDO, 2001).

Teoria e prática da educação popular

A relação teoria e prática precisa dialogar constantemente, indicando que o processo de aquisição do conhecimento não se traduz somente na teoria, ou seja, isolado da prática. A teoria e a prática acontecem de forma simultânea, dialógica e reflexiva. Para Freire (2019b), elas são inseparáveis e acontecem na práxis autêntica, a qual possibilita aos sujeitos uma reflexão sobre a ação, proporcionando educação para a liberdade.

A proposta freiriana se caracteriza pelo reconhecimento e pela emancipação humana. Além disso, se seu compromisso é o da liberdade, a ação e a reflexão não podem acontecer sem a ação e a reflexão dos outros (FREIRE, 2019a). Esse mesmo autor revela que a práxis pedagógica e epistemológica, em sua conjuntura, enxerga, na condição humana, um potencial de esperança, de amor, de autenticidade, de diálogo e de transformação, para compreender e intervir no mundo. Nessa mesma perspectiva, na Biblioteconomia, o modelo de letramento informacional, baseado no ensino de habilidades por competências, transforma os sujeitos para a participação crítica na transformação social (DUDZIAK, 2003). Assim, a competência em informação possui papel fundamental na formação de cidadãos críticos, ou seja, na formação de cidadãos capazes de tomar decisões inteligentes durante a participação em processos de decisões políticas e civis (DUDZIAK, 2003).

A leitura, segundo Demo (2009), é um recurso civilizatório e deve fazer parte da vida das pessoas. Dessa forma, ela ultrapassa a decodificação do código e dos signos, sobretudo para aprender a ler e a compreender o mundo e as coisas. Freire instituiu e formalizou uma teoria e prática da educação popular no Brasil e no mundo. O referido modelo tinha como objetivo integrar a leitura da palavra à leitura do mundo. Segundo esse mesmo autor, a leitura do mundo precede a leitura da palavra; assim, a posterior leitura da segunda não pode prescindir da continuidade da leitura da primeira. Em outros termos, linguagem e realidade se prendem dinamicamente (FREIRE, 2011). Behrens (1994) aponta que a proposta da Competência em Informação trouxe novas visões sobre a necessidade de os sujeitos saberem acessar, avaliar e usar a informação para a resolução de problemas e a tomada de decisão.

O processo de aquisição da leitura não se traduz apenas em decifrar códigos. Freire vem nos dizer que, antes de lermos palavras e textos, já conseguimos ler o que está à nossa volta. Langford (1998) destaca que, historicamente, *literacy* foi definida como a habilidade de ler, de escrever e de compreender. A leitura é um instrumento de transformação social, que nos dá a possibilidade de participar, de interagir e de conviver.

Isto porque a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. (FREIRE, 2011, p. 14).

A leitura e a escrita das palavras resultam da experiência de homens e mulheres, os quais estão em contato com a sociedade para transformá-la. Cada sujeito se vê por meio do seu contexto sociocultural. Quanto mais se questiona e dialoga, mais aguça o senso crítico e amplia a visão de mundo (BRANDÃO, 2006). Para Freire, utilizar e valorizar o contexto histórico e cultural das classes populares em que cada sujeito está inserido no processo de alfabetização é essencial: “Desafiar os alfabetizandos com um conjunto de situações codificadas de cuja decodificação ou leitura, resultava a percepção crítica do que é cultura, pela compreensão da prática ou do trabalho humano transformador do mundo” (FREIRE, 2011, p. 30).

Partindo desse pressuposto, fundamentar os saberes e os discursos em um processo permanente de libertação dos sujeitos, por meio da simples tarefa de estudar, pressupõe sempre o ato de ler, mesmo que nesse não se esgotem as possibilidades de conhecimentos e aprendizagens relacionadas ao ler o mundo, ler as palavras e os textos, ler as coisas e os acontecimentos. No entanto, não podemos definir o ato de ler como puro entretenimento ou como um exercício de memorização mecânica dos livros. Para Freire, o ato de ler um livro, ou de estudar um texto, ganha significado à medida que identificamos, nas ideias do autor, fragmentos da nossa realidade (FREIRE, 2011).

Memorizar repetidas vezes parágrafos e partes de um texto, fechando os olhos e tentando repeti-las, treinando mecanicamente, robotizando o cérebro, traz-nos a falsa impressão de que estamos depositando porções de conteúdos e de conhecimentos na mente, e que isso seja suficiente para o processo de alfabetização e de formação cidadã dos indivíduos. A questão do estudar, do ler, do observar, do reconhecer os acontecimentos sociais ou naturais requer provocar os alunos sobre as temáticas que fazem parte de seus interesses, para dialogar e buscar novos conhecimentos, com o objetivo de enriquecer sua cotidianidade, seus valores e suas causas defendidas (FREIRE, 2018).

Ler é uma atividade difícil, uma vez que demanda concentração, disciplina e um esforço do movimento da visão para captar as informações do texto. Por outro lado, é uma prática prazerosa, pois, à medida que os sujeitos se apropriam dela, exercitam a memória, ampliam o vocabulário e viajam por espaços diferentes. Para Freire (2011), ninguém lê ou

estuda sem assumir, diante do objeto da curiosidade, uma posição crítica e reflexiva do processo de construção da relação entre leitura de mundo e leitura da palavra.

O processo de alfabetização se configura como um compromisso social e político. Dessa forma, Freire (2019a) nos adverte que ninguém pode estar no mundo de forma neutra em relação a esse mesmo mundo e em relação às outras pessoas. Quem não se posiciona para combater as injustiças sociais, a miséria e a exploração, torna-se cúmplice. Nessa circunstância, não existe imparcialidade: combater as mazelas sociais é tarefa de todos.

A biblioteca popular como centro cultural, e não como um depósito silencioso de livros

De acordo com a proposta freiriana, uma vez consolidado o processo de alfabetização, de aprendizagem e de compreensão, os sujeitos serão capazes de escrever seus próprios textos e suas próprias palavras, bem como de interpretá-los. À luz da Teoria Biblioteconômica, eles serão competentes em informação na medida em que exprimem suas interpretações sobre a realidade e os resultados dessas interpretações (DUDZIAK, 2003). Assim, as linguagens culturais e ideológicas poderão organizar, por meio de produções escritas, livros de suas próprias autorias, que relatam os diversos contextos desse espaço onde esses indivíduos estão inseridos, e montar uma biblioteca popular.

Se antes raramente os grupos populares eram estimulados a escrever seus textos, agora é fundamental fazê-lo, desde o começo mesmo da alfabetização para que, na pós-alfabetização, se vá tentando a formação do que poderá vir a ser uma pequena biblioteca popular, com inclusão de páginas escritas pelos próprios educandos. (FREIRE, 2011, p. 43).

O desejo de Freire (2011) era de que todos os alfabetizados tivessem acesso à cultura letrada e científica, bem como que frequentassem bibliotecas populares, com oportunidade de ler, de produzir e de elaborar textos. Esse mesmo autor destaca a importância de aumentar o acervo da biblioteca com textos de autoria dos próprios sujeitos alfabetizados. Milanesi (1983) ressalta que é impossível chegar às almeçadas bibliotecas sem que haja mobilização da coletividade para cobrar do poder público que ele cumpra com suas responsabilidades, pois os estados e os municípios são responsáveis pela manutenção das bibliotecas, pela conservação e pela atualização do acervo (BRASIL, 2008).

As bibliotecas populares, e/ou comumente chamadas bibliotecas comunitárias, têm seu nascedouro com os movimentos sociais, especificamente os populares. Esses reivindicam,

entre diferentes questões, o acesso à informação, à educação e à cidadania, ou seja, são lutas que se constituem pelas vias da educação popular.

Entende-se por bibliotecas populares e/ou comunitárias como sendo aquelas originadas por um grupo de pessoas residentes de uma mesma região, com objetivos sociais em comum. Isso é referendado nas ideias de Paulo Freire, mais especificamente em sua obra *A importância do ato de ler, em três artigos que se completam*. Nessa obra, o referido autor aponta a biblioteca popular como uma ferramenta de transformação social (SILVEIRA, 2019). Uma das características desse modelo de biblioteca é não possuir vínculo direto com órgãos públicos, pois as bibliotecas populares são criadas e mantidas pela própria comunidade, além de serem regulamentadas pela política cultural da coletividade (FREIRE, 2011).

Dessa forma, Freire defendia a biblioteca popular como um centro cultural, tornando o local onde está inserida mais agradável e interessante. Além disso, o autor sinaliza que esse espaço não poderia se tornar um simples depósito de livros produzidos ou recriados pelos educandos já alfabetizados, pois a função social e cultural das bibliotecas é incentivar o processo de alfabetização consciente e democrático.

O surgimento das bibliotecas populares se justifica como ação política cultural, elaborada pelas comunidades em função da coletividade, da inclusão e da justiça social, tendo em vista a transformação da sociedade. Visto que essa responsabilidade de construir bibliotecas acessíveis para a população mais carente deve ser do poder público, Freire nos adverte:

A forma como atua uma biblioteca popular, a constituição do seu acervo, as atividades que podem ser desenvolvidas no seu interior, e a partir dela, tudo isso, indiscutivelmente, tem que ver com técnicas, métodos, processos, previsões orçamentárias, pessoal auxiliar, mas, sobretudo, tudo isso tem que ver com uma certa política cultural. Não há neutralidade aqui também. (FREIRE, 2011, p. 48).

As bibliotecas comunitárias/populares ainda não estão localizadas nos grandes centros urbanos. Para Machado (2008), as bibliotecas comunitárias, em geral, são criadas nos bairros periféricos, em decorrência das carências econômicas, sociais e culturais de equipamentos que possam ser utilizados para o acesso aos bens culturais, por negligência ou desinteresse do poder público. Suaiden (1995) relata que o trabalhador comum não vê a biblioteca como um local para solucionar os problemas do cotidiano. Essa conjuntura permite observar e refletir

que a ação de criar uma biblioteca comunitária possibilita aos sujeitos envolvidos no processo a conscientização da negação de seus direitos sociais (MARTINS, 2003).

O diferencial das bibliotecas comunitárias é que são espaços de inclusão social e cultural, idealizados e criados pelos próprios usuários desses ambientes, como consequência de uma ação cultural e de combate à exclusão informacional, tornando-as mais eficazes para as comunidades nas quais estão inseridas. Isso ocorre de forma diferente em relação àqueles espaços selecionados e construídos por um agente público, o qual desconhece os reais anseios da população.

Dessa forma, a biblioteca pertence à comunidade. Por isso, compete a ela a manutenção, a organização, a gestão e a preservação, fortalecendo os vínculos com as pessoas do local onde está inserida, zelando para que essas não percam sua identidade com os movimentos sociais, o princípio da coletividade e as resistências à exclusão. Assim, nota-se a importância da biblioteca na alfabetização, uma vez que ela conscientiza, politiza e desenvolve.

Consciência crítica e política

O propósito desta pesquisa é favorecer e ampliar os debates acerca da proposta pedagógica freiriana, que valoriza a realidade do educando, por meio dos temas geradores selecionados do cotidiano dos próprios indivíduos. Além disso, a proposta pedagógica considera a biblioteca comunitária nascida dos anseios e das necessidades das comunidades periféricas como sendo um dispositivo de transformação social.

Um dos maiores desafios para os educadores do século XXI é a desvalorização da educação pública (LUCYK, 2017). De fato, a forma como o poder público trata a educação e seus profissionais ainda precisa ser melhorada, buscando estabelecer salários justos, escolas equipadas e reformadas e mais investimentos em formação de professores. Freire nos ensinou que a participação dos grupos populares e da sociedade civil organizada se torna um diferencial na luta contra o poder dominante, em favor do crescimento e do desenvolvimento educacional, sem manipulação.

A *information literacy*, expressão estadunidense cunhada por Zurkowski (1974), é uma forma de trazer as discussões sobre letramento para o âmbito biblioteconômico/informacional (BEHRENS, 1994).

Competência crítica em informação é uma linha de estudos que: a) critica visões, pesquisas ou projetos ideologizantes de competência em informação; b) integra elementos da teoria crítica da sociedade e da pedagogia crítica (de Paulo Freire) em suas reflexões e práticas, e; c) se propõe a combater os efeitos nefastos do capital sobre a circulação de informação na sociedade. [...] Ao integrar essas três dimensões, o conceito de competência crítica em informação engloba reflexão, crítica e ação. (DOYLE, 2018, p. 27).

Esse mesmo autor revela que a Competência Crítica em Informação não pode ser neutra, assim como a produção, a organização, a disseminação e o acesso à informação não o são. Sobre isso, Freire nos fala da consciência crítica, da consciência ingênua e da consciência humana, indicando que conscientizar é tarefa complexa, porém, necessária, pois, enquanto não a tivermos, estaremos sendo manipulados. Cumpre destacar que a consciência ingênua se transforma na consciência crítica a partir do processo de humanização (FREIRE, 2019b). Na pedagogia freiriana, conscientizar ganha um sentido abrangente, articulando consciência e subjetividade, bem como prática social e solidariedade individual.

Uma das ferramentas mais utilizadas na proposta de Freire é o diálogo. Segundo o autor, valorizar a relação da leitura com a realidade, ou seja, a leitura de mundo, é fundamental no processo de alfabetização consciente e humanizado, pois figura como o uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais letradas. Para Freire (2011), a construção do conhecimento se dá quando o sujeito compreende criticamente a sua posição social por meio das diversas formas de manifestações políticas, sociais e culturais. Vitorino e Piantola (2011) apontam que a Competência em Informação pode ser entendida e constituída por múltiplas dimensões, como técnica, estética, ética e política.

Mediante ações práticas, coerentes e democráticas, as bibliotecas comunitárias se constituem como espaço de resistência, de luta e de busca por justiça social e por cidadania. Todavia, para que a biblioteca comunitária se torne um espaço vivo de inclusão social, faz-se necessário muito mais, a saber: dialogar e ouvir a comunidade local, buscar parcerias com outros órgãos que possuem os mesmos ideais e incentivar a participação de todos os que reivindicam, entre diferentes questões, o acesso à informação, à educação e à cidadania.

Dudziak (2003) destaca Competência em Informação como dimensão social, percebendo essa variante não mais como usuário, mas como sujeito, que é o indivíduo enquanto ator social, enquanto cidadão. Para Serafim e Freire (2012), o desenvolvimento de competências em informação é ação fundamental de responsabilidade social do campo da Ciência da Informação.

Diante disso, cabe aos indivíduos envolvidos no processo de criação e manutenção da biblioteca popular fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo, bem como promover a atuação conjunta entre os grupos sociais organizados e a sociedade civil, por meio de assembleias e alianças, considerando as mais variadas limitações e a falta de recursos.

Dessa forma, não se pode mais pensar a educação brasileira sem as contribuições do pensamento de Paulo Freire (1921-1997). Ela influencia o desenvolvimento da consciência crítica e política dos brasileiros e do mundo inteiro, que tiveram, por décadas, seus direitos sociais básicos negligenciados. De acordo com Coelho (2011), a competência em informação é fator decisivo de desenvolvimento e determina desde a agregação de valor a novos produtos comerciais até a superação de desigualdades sociais.

Todo o legado de Freire – tudo que escreveu e defendeu, suas ideias e ações – tinha o propósito de mostrar como a educação pode ser libertadora, que a educação pode ser feita como prática de liberdade. Suas obras *Educação como prática da liberdade* (1967), *Pedagogia do oprimido* (1968), *Cartas à Guiné-Bissau* (1975), *Educação e mudança* (1981), *A importância do ato de ler em três artigos que se completam* (1982), *Pedagogia da esperança* (1992), *Política e educação* (1993), *À sombra desta mangueira* (1995), *Pedagogia da autonomia* (1997), somadas a tantas outras obras que ele nos deixou, expressam o quão devoto Paulo Freire foi ao demonstrar que a educação tem um papel político e que, se ela pode ser um instrumento de dominação, também pode ser um instrumento de libertação.

No livro *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*, ele expõe como se deu seu processo de alfabetização, como aprendeu a ler em sua própria casa, cercado de árvores e animais, no chão do quintal, à sombra das mangueiras. A leitura da palavra era contextualizada ao seu mundo de tal forma que a leitura da palavra acabava sendo a leitura da palavra mundo (FREIRE,2011).

Considerações finais

Os elementos e as considerações aqui ordenados possibilitaram a compreensão e a atuação ética, social e profissional de Paulo Freire, bem como a sua relevância para a educação mundial. Na sua relação acerca da ação e da reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo, o autor se posicionou ao lado dos rejeitados e dos oprimidos. Identificou-se ao lado do que ele mesmo chamou de esfarrapados do mundo, e sentiu-se representado.

As concepções freirianas se alinham ao movimento bibliotecário para o Letramento Informacional, a Competência Informacional, a Alfabetização Informacional, dentre outros que expressam a função educacional das bibliotecas, ainda pouco difundidos ou implementados no Brasil. Os educadores brasileiros se veem desafiados a explorar um conjunto de habilidades que exigem uma articulação interdisciplinar, bem como fazê-las dialogar com as práticas sociais nas quais os indivíduos estão inseridos, em conformidade com as teorias freirianas.

Os referenciais bibliográficos brasileiros que orientam as políticas de alfabetização e de letramento priorizam o desenvolvimento das competências e das habilidades, como previsto na Base Nacional Comum Curricular, ao invés da alfabetização propriamente dita, definida como processo de aprendizagem em que se desenvolvem as habilidades de ler, de escrever e de compreender, conforme defendido por Freire. Vale salientar que as nomenclaturas adotadas não definem a qualidade da proposta, visto que, no Brasil, os indicadores externos apontam que os resultados não são satisfatórios (BRASIL, 2018; 2021).

A matriz curricular das escolas públicas ainda não contempla conteúdos sobre o uso e a importância da informação. Faz-se necessária uma articulação coletiva do poder público e da sociedade civil, a fim de rever essas propostas fragmentadas de alfabetização no sistema educacional, de forma a possibilitar a inserção de programas interdisciplinares de multiletramentos, os quais atendam às reais necessidades da população.

Freire lutou pela libertação e formação da consciência crítica, da participação política, da inclusão social e da cidadania, respeitando as diferenças, o direito à vida e a autonomia, para que cada um tenha a oportunidade de ser protagonista de suas próprias histórias. Esse mesmo autor defende o uso das linguagens culturais e ideológicas, para organizar, a partir de produções escritas, livros de autorias dos próprios alfabetizados, relatando os diversos contextos do espaço no qual esses indivíduos estão inseridos, podendo, assim, criar as bibliotecas populares. Diante disso, todo material escrito e gravado poderia ser intercambiado. Esse seria o reconhecimento do direito que o povo tem de ser o sujeito da pesquisa, e não o objeto da pesquisa que os investigadores fazem em torno dele.

Observa-se que, no Brasil, o legado de Paulo Freire ainda não atingiu a devida importância, mesmo que ele seja considerado o Patrono da Educação Brasileira. Isso ocorre pois não se percebe a adoção das teorias freirianas no sistema de ensino brasileiro. Ao contrário, estamos presenciando, nos últimos anos, ataques de grupos políticos contrários ao pensamento de Freire, agredindo a sua honra, a sua memória e o seu legado.

Sua filosofia não admite doutrinação nem opressão. Freire se tornou inimigo dos simpatizantes e defensores do conservadorismo, porque prega a pedagogia libertadora. As ideias freirianas não se limitam à educação popular e à alfabetização de adultos, sendo discutidas em escolas, universidades e em outros espaços e tempos, muito embora essa divulgação ainda se constitua por ações isoladas, e não como uma proposta de educação nacional.

Dentro dessa perspectiva, o letramento informacional é entendido como fenômeno social, político, econômico e cultural. Os indivíduos letrados são capazes de identificar, de localizar, de selecionar, de avaliar e de usar criticamente a sua própria necessidade de informação. Um número significativo de informações é disponibilizado constantemente e de forma gratuita nas plataformas digitais, porém, é preciso exercer a cidadania crítica, de modo a selecionar aquelas que poderão ser benéficas na promoção da aprendizagem emancipatória dos sujeitos. Esse pensamento dialoga com a proposta freiriana, que aborda as relações entre letramento, alfabetização e estruturas de exclusão social.

Diante das reflexões realizadas neste estudo, sugerimos a leitura e o aprofundamento das obras e das ideias freirianas, pois, apesar de terem sido escritas há algum tempo, são consideradas inovadoras, assim como suscitam debates no mundo inteiro, sendo fundamentadas em princípios democráticos e inclusivos, comprometidos com um processo de formação humana. Tudo que ele produziu e escreveu está disponível no acervo digital de Paulo Freire e pode ser encontrado gratuitamente no site do Instituto Paulo Freire¹¹. Ao todo, são 30 mil páginas de texto, mais de 500 fotos e mais de 100 vídeos e áudios.

A análise da obra de Freire nos remete à educação transformadora defendida por ele, objetivando, assim, desenvolver o pensamento e a intervenção crítica na realidade dos sujeitos oprimidos. Para o autor, o diálogo é a maneira mais produtiva de se formar essa personalidade crítica. Freire destaca, ainda, que o diálogo é a condição fundamental para o verdadeiro processo de humanização.

Referências

BEHRENS, S. A conceptual analysis and historical overview of information literacy. **College and Research Libraries**, Chicago, v. 55, n. 4, p. 309-322 1994. DOI 10.5860/crl_55_04_309. Acessado 22 nov. 2020.

¹¹Disponível em: <https://www.paulofreire.org/acervo-paulo-freire>. Acesso em: 3 dez. 2021.

- BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. **Resolução CFB nº 88, de 1 de agosto de 2008**. Brasília, DF: CFB, 2008.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)**. Brasília, DF: IPEP, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 3 dez. 2021.
- COELHO, M. M. Competência informacional no ambiente de trabalho: percepção do bibliotecário de órgão público. **Liinc Em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mar. 2011. DOI 10.18617/liinc.v7i1.408. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3294>. Acesso em: 3 dez. 2021.
- DEMO, P. D. **Leitores para sempre**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- DOYLE, A. Ideologia e competência crítica em informação: um olhar para movimentos de biblioteconomia crítica. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 4, n. 1, p. 25-33, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/274>. Acesso em: 3 dez. 2021.
- DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. DOI 10.1590/S0100-19652003000100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/xDBTqDKvmcvsMnmwLWprjmG/?lang=pt>. Acesso em: 3 dez. 2021.
- FREIRE, A. M. A. **Paulo Freire: uma história de vida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FREIRE, P. R. N. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREIRE, P. R. N. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- FREIRE, P. R. N. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019a.
- FREIRE, P. R. N. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019b.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- HOUAISS, A. H. **Dicionário Houaiss inglês-português (1982)**. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- LANGFORD, L. Information literacy: a clarification. **School Libraries Worldwide**, Edmonton, v. 4, n. 1, p. 59-72, jan. 1998. Disponível em: <http://www.fno.org/>

sept98/clarify.html. Acesso em: 16 maio 2022.

LUCYK, V. P. K.; GRAUPMANN, E. H. A desvalorização do trabalho docente brasileiro: uma reflexão de seus aspectos históricos. **Perspectivas Online: Humanas Sociais & Aplicadas**, Campo dos Goytacazes, v. 7, n. 20, p. 11-27, 2017. Doi: 10.25242/887672020171145. Disponível em: http://ojs3.perspectivasonline.com.br/index.php/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1145. Acesso em: 3 dez. 2021.

MACHADO, E. C. M. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/pt-br.php>. Acesso em: 3 dez. 2021.

MACHADO, E. C. M. Uma discussão acerca do conceito de Biblioteca Comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009. DOI 10.20396/rdbci.v7i1.1976. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1976>. Acesso em: 3 dez. 2021.

MARTINS, M. H. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NENGOMASHA, C. T.; SHUUMBILI, T. N. Access to e-government services by citizens through public/community libraries in Namibia. **Information Development**, The Hague, Netherlands, v. 38, n. 1, p. 68-82, 2022. DOI 10.1177/0266666920979009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0266666920979009>. Acesso em: 3 dez. 2021.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PÉREZ, C. L. V. Alfabetização para além do método: uma sintaxe freiriana. **Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87910205>. Acesso em: 3 dez. 2021.

PERRENOUD, P. P. **Construir as competências dentro da escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RIVERA GUILLÉN, B. B.; POMAHUACRE NAJARRO, N. Bibliotecas comunales peruanas frente a la crisis del coronavirus: articuladoras multidimensionales. **Investigación Bibliotecológica**, Cidade do México, v. 36, n. 91, p. 147-166, abr./jun. 2022. DOI 10.22201/iibi.24488321xe.2022.91.58539. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/58539>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SERAFIM, L. A.; FREIRE, G. H. A. F. Ação de responsabilidade social para competências em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 155-173, 2012. DOI 10.1590/S1413-99362012000300011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/QY8gPPbJT88nwcTZMF8DwmS/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SILVA, C. R. S. *et al.* Do conceito de informação ao discurso sobre competência em informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 2, p. 185-205, set. 2020. DOI 10.11606/issn.2178-2075.v11i2p185-205. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/158094>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SILVEIRA, J. P. B. S. **Diálogos freirianos entre bibliotecas comunitárias, educação popular e movimentos sociais**: escritos sobre educação. Caxias do Sul: EDUCS, 2019.

SINGH, V.; MEHRA, B.; SIKES, E. S. Agriculture-based community engagement in rural libraries. **Journal of Librarianship and Information Science**, [s. l.], v. 54, n. 3, p. 404-414, 2022. DOI 10.1177/09610006211015788. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/09610006211015788>. Acesso em: 3 dez. 2021.

SUAIDEN, E. J. S. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. **Competência em informação**: conceito, contexto histórico e olhares para a ciência da informação. Florianópolis: EDUFSC, 2020.

ZURKOWSKI, P. G. **The information service environment relationships and priorities**: report 5. Washington, D.C.: National Commission on Libraries and Information Science, 1974. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2021.

Submetido em 17 de setembro de 2022.

Aprovado em 25 de novembro de 2022.